Sr.(Sra.) DES. CAMILO RIBEIRO RULIERE. Participaram do julgamento os Exmos. Srs.: DES. CAMILO RIBEIRO RULIERE, DES. CUSTODIO DE BARROS TOSTES e DES. FABIO DUTRA. Presente pelo AGTE, o Dr. Frank Gomes Vianna.

088. APELAÇÃO 0159672-22.2012.8.19.0001 Assunto: Antecipação de Tutela / Tutela Específica / Processo e Procedimento / DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO Origem: CAPITAL 5 VARA FAZ PUBLICA Ação: 0159672-22.2012.8.19.0001 Protocolo: 3204/2017.00006090 - APTE: ESTADO DO RIO DE JANEIRO PROC. EST.: PAULO ENRIQUE MAINIER DE OLIVEIRA APTE: MARIA DO CARMO RODRIGUES DE OLIVEIRA ADVOGADO: DEFENSOR PÚBLICO OAB/TJ-000002 APTE: MEMORIAL SAUDE LTDA ADVOGADO: PAULO HENRIQUE ANDRADE DOMINGUES RODRIGUES SANTOS OAB/RJ-155991 APDO: OS MESMOS **Relator: DES. CAMILO RIBEIRO RULIERE** Funciona: Ministério Público e Defensoria Pública Ementa: Ação de Obrigação de Fazer - Remoção de paciente de unidade particular para unidade hospitalar pública com CTI - Inconformismo do Estado do Rio de Janeiro em relação às astreintes e à taxa judiciária e da parte autora quanto aos danos morais.Reconvenção do plano de saúde pretendendo o ressarcimento das despesas hospitalares não relacionadas com a cobertura ambulatorial- Possibilidade.Agravo Retido do Estado - A multa pelo descumprimento da obrigação de fazer podia ser modificada, para mais ou para menos, ou até mesmo excluída, conforme se mostre insuficiente ou excessiva, observando-se o princípio da proporcionalidade, como permitia o artigo 461, parágrafo 6º do Código de Processo Civil de 1973, correspondente, em parte, ao inciso I, parágrafo 1º do artigo 537 do Novel Diploma.Na hipótese, ante a necessidade de internação emergencial, o valor fixado a título de multa diária por descumprimento da obrigação de fazer, consistente na internação hospitalar da autora em CTI cardiológico, mostra-se razoável e proporcional. Agravo retido desprovido.Apelação - A taxa judiciária não é devida pelo Estado do Rio de Janeiro, diante do fenômeno da confusão.Reconvenção - As despesas não cobertas pelo plano ambulatorial contratado pela autora, deverão ser ressarcidas pela demandante, conforme apurado em liquidação de sentença por arbitramento, com correção monetária e juros de mora, por não haver cobertura para internação.Ausência de dano moral indenizável. Desprovemento do Agravo Retido interposto pelo Estado e provimento parcial de seu apelo. Desprovemento do recurso da autora e provimento da Apelação do plano de saúde. Conclusões: Por unanimidade de votos, negou-se provimento ao agravo retido do Estado e parcial provimento ao seu apelo; negou-se provimento ao 2º recurso (Maria) e deu-se provimento ao 3º recurso (Memorial), nos termos do voto do Relator. Lavrará o acórdão o(a) Exmo(a). Sr.(Sra.) DES. CAMILO RIBEIRO RULIERE.Participaram do julgamento os Exmos. Srs.: DES. CAMILO RIBEIRO RULIERE, CUSTODIO DE BARROS TOSTES, DES. FABIO DUTRA. Presente a Exma. Sra. Defensora Pública Márcia Pessanha.

089. APELAÇÃO 0021476-48.2012.8.19.0203 Assunto: Pagamento / Adimplemento e Extinção / Obrigações / DIREITO CIVIL Origem: JACAREPAGUA REGIONAL 7 VARA CIVEL Ação: 0021476-48.2012.8.19.0203 Protocolo: 3204/2016.00663256 - APELANTE: PRO-LAUDO DIAGNÓSTICOS POR IMAGEM S.A ADVOGADO: RAFAELLA MARCOLINI OAB/RJ-119560 APELADO: HOSPITAL & MATERNIDADE BARTOLOMEU CHAVES S/C LTDA ADVOGADO: RICARDO TEIXEIRA MACHADO (BA016476) ADVOGADO: CÉSAR VINÍCIUS NOGUEIRA LINO OAB/BA-021412 **Relator: DES. CAMILO RIBEIRO RULIERE** Ementa: Embargos de Declaração opostos por Hospital. Omissão na sucumbência recursal. Artigo 85, parágrafo 11º do Código de Processo Civil de 2015. Provimento dos Embargos de declaração.Aclaratórios opostos por Pro-Laudo. Inexistência de omissãoou contradição. Desprovemento dos Embargos. Conclusões: Por unanimidade de votos, deu-se provimento ao 1º recurso (Hospital) e negou-se provimento ao 2º (Pro-Laudo), nos termos do voto do Relator. Lavrará o acórdão o(a) Exmo(a). Sr.(Sra.) DES. CAMILO RIBEIRO RULIERE.Participaram do julgamento os Exmos. Srs.: DES. CUSTODIO DE BARROS TOSTES E DES. FÁBIO DUTRA, nos termos do voto do Relator. Presente pelo APDO, o Dr. Fábio Teixeira Fernandes.

090. AGRAVO DE INSTRUMENTO - CÍVEL 0060993-48.2016.8.19.0000 Assunto: Guarda Compartilhada/ Relações de Parentesco / Relações de Parentesco / Família / DIREITO CIVIL Origem: IGUABA GRANDE VARA UNICA Ação: 0000831-74.2016.8.19.0069 Protocolo: 3204/2016.00645750 - AGTE: SIGILOSO ADVOGADO: MARIO RIBEIRO DE ALMEIDA NETTO OAB/RJ-171633 ADVOGADO: RENATA DE ARAUJO ROCHA OAB/RJ-171534 AGDO: SIGILOSO **Relator: DES. CAMILO RIBEIRO RULIERE** Funciona: Ministério Público Ementa: EM SEGREDO DE JUSTIÇA Conclusões: EM SEGREDO DE JUSTIÇA

091. MANDADO DE SEGURANCA - CPC 0060684-27.2016.8.19.0000 Assunto: Classificação e/ou Preterição / Concurso Público / Edital / DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO Origem: TRIBUNAL DE JUSTICA Protocolo: 3204/2016.00642124 - IMPTE: LIGIA DE AZEVEDO PENNA ADVOGADO: LEONARDO SOIDO FALCAO DA FONSECA OAB/RJ-168896 IMPDO: EXMO SR PREFEITO DO MUNICIPIO DO RIO DE JANEIRO **Relator: DES. SERGIO RICARDO DE ARRUDA FERNANDES** Funciona: Ministério Público Ementa: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. INEXISTÊNCIA DE OMISSÃO, CONTRADIÇÃO OU OBSCURIDADE NO DECISUM. PROPÓSITO NITIDAMENTE INFRINGENTE VISANDO À REFORMA DO JULGADO. OBJETIVO NÃO AUTORIZADO EM NOSSO SISTEMA RECURSAL, POIS NÃO SE ENQUADRA NAS HIPÓTESES PREVISTAS NO ARTIGO 1.022 DO CPC/2015. DESPROVIMENTO. Conclusões: Por unanimidade de votos, negou-se provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator. Lavrará o acórdão o(a) Exmo(a). Sr.(Sra.) DES. SERGIO RICARDO DE ARRUDA FERNANDES. Participaram do julgamento os Exmos. Srs.: DES. SERGIO RICARDO DE ARRUDA FERNANDES, DES. CAMILO RIBEIRO RULIERE e DES. CUSTODIO DE BARROS TOSTES.

092. APELAÇÃO 0012114-68.2012.8.19.0026 Assunto: Prescrição por Médico não vinculado ao SUS / Tratamento Médico-Hospitalar e/ou Fornecimento de Medicamentos / Saúde / Serviços / DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO Origem: ITAPERUNA 2 VARA Ação: 0012114-68.2012.8.19.0026 Protocolo: 3204/2017.00227880 - APTE: MUNICÍPIO DE ITAPERUNA ADVOGADO: ERECI ROSA OAB/RJ-075896 APDO: MARIA ELI SILVA NOGUEIRA ADVOGADO: DEFENSOR PÚBLICO OAB/TJ-000002 INTERESSADO: ESTADO DO RIO DE JANEIRO PROC. EST.: FLAVIO ASSAID SFAIR DA COSTA ROCHA **Relator: DES. CAMILO RIBEIRO RULIERE** Funciona: Defensoria Pública Ementa: Ação de Obrigação de Fazer - Fornecimento de tratamento médico hospitalar.Constitui obrigação dos entes públicos o fornecimento de tratamento médico necessário a preservar a saúde da população, conforme determinam os artigos 30, inciso VII e 196 da Constituição Federal - Matéria consolidada através da Súmula nº 65 desta Corte - Legitimidade do Município.Deve ser afastada a alegação do apelante quanto à inexistência dos requisitos para a concessão da antecipação de tutela, já que a matéria foi apreciada pela decisão de fls. 21/22 (indexador 22), não tendo a municipalidade agravado do referido decisum à época.Consequentemente, o Município deve arcar com o procedimento médico descrito na peça vestibular, necessário ao tratamento da enfermidade que acomete a autora, nos moldes estabelecidos na Sentença - Desprovemento da Apelação. Conclusões: Por unanimidade de votos, negou-se provimento à Apelação, nos termos do voto do Relator. Lavrará o acórdão o(a) Exmo(a). Sr.(Sra.) DES. CAMILO RIBEIRO RULIERE. Participaram do julgamento os Exmos. Srs.: DES. CAMILO RIBEIRO RULIERE, DES. CUSTODIO DE BARROS TOSTES e DES. FABIO DUTRA. Presente pelo APTE, a Defensora Oública, Drª Marcia Peçanha.

093. APELAÇÃO 0038939-71.2010.8.19.0203 Assunto: Fixação / Alimentos / Família / DIREITO CIVIL Origem: JACAREPAGUA REGIONAL 3 VARA DE FAMILIA Ação: 0038939-71.2010.8.19.0203 Protocolo: 3204/2016.00218533 - APTE: SIGILOSO APTE: